

O FATOR AULA VAGA ENQUANTO DESAFIO DA GESTÃO DE PESSOAS NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO ENSINO E APRENDIZAGEM

*Antônio Oliveira Filho**

RESUMO

O presente artigo aborda o fator aula vaga enquanto desafio da gestão de pessoas no ensino médio da rede pública e suas implicações no ensino e aprendizagem. Trata-se de uma análise exploratória, comparativa, de caráter bibliográfico, documental e de natureza qualitativa, em que se consideram, inicialmente, aspectos conceituais, breve relato histórico, contemplando os principais fatores responsáveis pelo absenteísmo docente, sua incidência, características básicas e seus respectivos desdobramentos na cultura recorrente da maioria das salas de aula das unidades de ensino médio da rede pública, culminando com o estudo comparativo dos resultados de aprendizagem entre as unidades escolares com alto e baixo índice de aulas vagas e a análise da respectiva relação entre o referido fenômeno e a questão do ensino e aprendizagem. Dessa forma, entende-se que a análise e discussão do referido tema é relevante, não só pela ampliação da discussão e aprofundamento do tema, permitindo melhor compreensão do mencionado fenômeno educacional, como também pela possibilidade de reflexão acerca de alternativas viáveis de superação do referido problema, na perspectiva de se propor melhorias no processo de ensino e aprendizagem no ensino médio da rede pública.

Palavras-chave: Aula vaga. Ensino médio público. Ensino e aprendizagem.

THE CLASS OFF FACTOR AS A CHALLENGE IN THE MANAGEMENT OF PEOPLE IN PUBLIC HIGH SCHOOLS AND ITS IMPLICATIONS IN TEACHING AND LEARNING PROCESS

ABSTRACT

This article is about the factor class off, this is, the absence of teacher by several factors, as a management challenge of people from public education in high school level and its implication in the learning and teaching process. This is an exploratory, comparative,

* Doutorando e mestre em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana (Paraguai). Professor de Filosofia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). ORCID: 0000-0001-6161-8814. Correio eletrônico: antolif@hotmail.com

bibliographic, documentary and qualitative analysis, which is considered, firstly, in conceptual aspects, a brief historical report, contemplating the main responsible factors by the teacher absenteeism, its incidence, basic features and its respective developments in the public high schools classrooms recurrent culture, culminating in the comparative studies result of learning among the scholar units with high and low level of class off and the analysis of the respective relationship between this phenomenon and the issue of the teaching and learning process. In this way, it is understood that the analysis and discussion of this topic is relevant, not only by the broadening discussion and deepening the theme, allowing a better comprehension of the mentioned educational phenomena, but also because of the possibility of reflection about the mentioned problem overcoming in viable alternatives, in the perspective of purpose improvements in the process of teaching and learning in the public high school.

Keywords: *Class off. Public high school. Teaching and learning process.*

EL FACTOR DE CLASES SIN PROFESORES COMO UN DESAFÍO A LA GESTIÓN DE PERSONAS EN LA ENSEÑANZA SECUNDARIA DE LA RED PÚBLICA Y SUS IMPLICACIONES EN LA ENSEÑANZA Y APRENDIZAJE

RESUMEN

En el presente artículo se investiga sobre el elemento causador de grandes problemas en las escuelas públicas brasileñas que es la falta de profesores. Eso resulta en alumnos sin clases (horarios libres) y en sus implicaciones en la enseñanza y el aprendizaje. Se trata de un análisis exploratorio, comparativo, de carácter bibliográfico, documental y de naturaleza cualitativa, donde se considera, inicialmente, aspectos conceptuales, breve relato histórico, contemplando los principales factores responsables por el absentismo docente, su incidencia, características básicas y sus aspectos en la cultura recurrente de la mayoría de las clases de las unidades de enseñanza media de la red pública, culminando con el estudio comparativo de los resultados de aprendizaje entre las unidades escolares con alto y bajo índice de clases sin profesores y el análisis de la relación entre el referido fenómeno y la cuestión de la enseñanza y el aprendizaje. De esta manera, se entiende que el análisis y discusión del referido tema es relevante, no sólo por la ampliación de la discusión y profundización del tema, permitiendo una mejor comprensión del mencionado fenómeno educativo, así como por la posibilidad de reflexión sobre alternativas viables de superación del referido problema, en la perspectiva de proponer mejoras en el proceso de enseñanza y aprendizaje en la enseñanza secundaria de la red pública.

Palabras clave: *Alumnos sin clases. Enseñanza media pública. Enseñanza y aprendizaje.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa o fator aula vaga enquanto desafio da gestão de pessoas no ensino médio da rede pública do Território de Identidade de Irecê (BA)

e suas implicações no ensino e aprendizagem. Para tanto, contemplou-se como recurso metodológico a abordagem exploratória, comparativa e qualitativa, a partir de estudo bibliográfico e documental.

Na verdade, para a maioria dos gestores que atuam nas unidades de ensino médio da rede pública do referido Território, um dos mais sérios desafios enfrentados pela referida gestão escolar de pessoas diz respeito aos problemas relacionados com a aula vaga e, mais especificamente, com o absenteísmo. Este é responsável direto pela preocupante questão das ausências sistemáticas ao trabalho, provocadas por uma infinidade de fatores, entre os quais, doenças, problemas de natureza familiar, pessoal, falta de compromisso e conduta ética, falhas na legislação específica, podendo representar, inclusive, uma mecanismo de fuga, comprometendo sobremodo o planejamento, a produtividade, os resultados operacionais e educacionais da instituição (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Assim, após as considerações contextuais sobre o absenteísmo no interior das salas de aula dessas escolas públicas, identificando as principais causas do referido fenômeno, o mencionado estudo avalia os impactos diretos provocados pela incômoda presença do absenteísmo no processo de ensino e aprendizagem, bem como a possível relação do aludido problema com a questão da gestão de pessoas.

Não obstante às várias teorias que buscam responder ao problema ora proposto, a neutralidade, a apatia ou a omissão das políticas públicas, bem como a postura adotada por parte considerável dos agentes responsáveis pela gestão das escolas públicas brasileiras frente ao referido problema do absenteísmo, podem torná-lo ainda mais preocupante e desafiador.

Dessa forma, ante a relevância do citado tema, justifica-se a inclusão da presente análise nos respectivos debates para fins de ampliação desta discussão, no sentido de se buscar alternativas viáveis e mais consistentes na perspectiva de solução do referido problema, visando, igualmente, a melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

2 CONTEXTUALIZANDO: AS PRINCIPAIS CAUSAS DA AULA VAGA NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO

2.1 O absenteísmo docente

O absenteísmo - do latim *absens* (estar fora, ausente) - corresponde, na acepção do termo, ao ato de abstenção de determinada atividade ou atribuição, ou ainda, ao “[...] padrão habitual de ausências no processo de trabalho, dever ou obrigação, seja por falta ou atraso, devido a algum motivo interveniente.” (WIKIPÉDIA, 2016, p. 1).

De acordo com a lei que trata da regulamentação e organização da educação brasileira, Lei n.º 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), exige-se de toda escola de ensino básico do país, independentemente de ser pública ou privada, o cumprimento mínimo de 200 dias letivos e 800 horas anuais, excluindo os dias relativos às atividades de planejamento, avaliação de final de ano ou reuniões programadas por quaisquer dos segmentos da escola, bem como a necessidade de repor, na forma da mencionada lei, os dias letivos que porventura deixaram de ser ministrados (BRASIL, 1996). Destaca-se ainda que dia letivo,

independentemente da quantidade de alunos presentes em sala de aula, é aquele definido no calendário oficial da instituição para a aula, mesmo que só haja um aluno presente (COSTA, 2009).

O cumprimento das exigências legais supradescritas impõe à gestão escolar atenção redobrada e níveis mais complexos de intervenção, constituindo-se num dos mais sérios obstáculos e desafios na organização, planejamento e execução das tarefas inerentes ao exercício da gestão, uma vez que, no cotidiano escolar, cada vez mais aumenta o número de casos relacionados ao quadro do absentismo, atingindo, sobretudo, as unidades de ensino médio da rede pública estadual, o que, pela especificidade e natureza do referido problema, pode transformar-se em fator determinante para o fracasso dos alunos e da respectiva instituição (ZAPONI; SILVA, 2007).

Existe, na verdade, uma grande variedade de motivos ou justificativas relacionados com o problema das ausências ao serviço nas escolas públicas. Nesse sentido, são mais comuns os registros das faltas provenientes das licenças ditas legais, como a licença-maternidade, paternidade, por nascimento de filho ou adoção, por casamento, óbito de familiares, licença-prêmio, por participação em Júri do Tribunal de Justiça ou como mesário em eleições do Tribunal Eleitoral, ou ainda na condição de doador voluntário de sangue em programas de saúde pública, entre outras, que permitem ao professor e demais funcionários das escolas obterem o direito legal de ausentar-se do trabalho, com o beneplácito do respectivo abono (BAHIA, 2002).

Além de todas essas possibilidades, há também aquelas motivadas por problemas diversos de ordem pessoal e familiar, incluindo as questões de natureza financeira, pouca ou baixa motivação para o trabalho, atrasos, problemas de transporte e as desconhecidas, normalmente designadas pela expressão genérica “motivos de força maior” e que, a depender do nível de corporativismo, ineficiência ou falhas estruturais do setor de recursos humanos, podem gerar sérios obstáculos no desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas da respectiva instituição (CHIAVENATO, 2004; SOUTO, 1980).

Com efeito, além das causas supradescritas, merecem destaque aquelas relacionadas aos diversos problemas de doenças, incluindo as ocupacionais e as demais enfermidades que atingem grande número de professores e membros da família, configurando-se como a motivação mais recorrente nos prontuários e históricos de professores que faltam ao trabalho (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Por outro lado, os docentes estão, de fato, mais propensos a contrair doenças relacionadas ao uso excessivo da voz, provocando perda momentânea e rouquidão, e mais sujeitos ao estresse físico e mental, além de outras manifestações de natureza psíquica e emocional. Pesquisas nesse sentido foram realizadas por diversos órgãos, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que considera a categoria de professores como a mais propensa a sofrer de doenças relacionadas ao uso intensivo da voz, devido à tendência natural de impor determinado tipo de voz (voz projetada) para sobressair-se e superar as demais vozes no contexto da sala de aula, no intuito de assegurar e influenciar a respectiva audiência (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Nesse sentido, vale salientar a considerável incidência de atestados médicos nas unidades de ensino médio da rede pública. Na Junta Médica da Bahia, por

exemplo, no ano de 2015, realizou-se um total de 17.891 perícias e 20.885 laudos médicos para serem utilizados em processos administrativos de concessão e reversão de aposentadorias, revisões e avaliações de invalidez e para fins de readaptação funcional, dos quais se destinou um percentual bastante significativo para a categoria dos professores da Rede Pública (TRIBUNA FEIRENSE, 2016).

O mencionado fato serviu de justificativa para a execução do projeto denominado “Operação Licença Médica”, da Secretaria de Administração do referido estado (SAEB), onde foram identificados 526 funcionários públicos, entre os quais muitos professores, que legalmente estavam afastados dos respectivos serviços no Estado, mas permaneciam exercendo atividades remuneradas em lugares distintos (A TARDE, 2016).

Assim, com o propósito de impor maior controle sobre os afastamentos para tratamento de saúde, o governador do estado encaminhou para a Assembleia Legislativa do Estado, no dia 10 de março de 2017, em regime de urgência, um projeto de lei que alterava o artigo 99 da Lei n.º 6.677/1994, modificando os respectivos critérios de afastamento, tornando o processo mais rigoroso e obrigando o servidor, em casos de ausência ao serviço público por mais de 10 dias, a se submeter à perícia pela Junta Médica Oficial do Estado. Entretanto, considerando o contexto e a complexidade da referida questão, tal medida poderá amenizar o problema, sem, contudo, solucioná-lo em definitivo. De qualquer sorte, fica evidenciado o reconhecimento oficial por parte da administração central do Estado da gravidade do problema (SANTANA, 2017).

Parte dessas ausências, como os casos relacionados com a prestação de serviços do professor junto ao Tribunal de Justiça ou Eleitoral, licença-paternidade, nascimento, casamento, óbito, incidentes diversos envolvendo professores, são quase sempre de caráter intempestivo e independem da vontade ou autorização do gestor, uma vez que o fato gerador do direito à folga ou ausência ao serviço decorre automaticamente, provocando, inevitavelmente, aulas vagas, especialmente na rede pública, por não existir a figura do substituto imediato, regularmente lotado na instituição escolar, bem como por não haver a autonomia suficiente e necessária em gestão de pessoas para resolver a mencionada questão de forma direta e imediata (BAHIA, 2002; MELO; SILVA, 1991).

2.2 Para além das causas convencionais

Outro ponto bastante crítico relacionado com a aula vaga é o fenômeno das greves no serviço público e, em particular, na rede pública de ensino, seja na esfera federal, seja na estadual, seja na municipal, abrangendo a quase totalidade dos estados e municípios brasileiros (CARVALHO, 2005). Nesse sentido, uma amostra feita a partir de reportagens em jornais e *sites* de grande circulação e acesso no país permite constatar a assertiva supradescrita.

Em 2012, por exemplo, as atividades escolares dos estabelecimentos de ensino médio da rede pública do estado da Bahia estiveram paralisadas por longínquos 115 dias (DÉCIMO, 2012). Já no ano de 2014, entre os dias 17 e 19 de março, professores da rede pública de 17 estados aderiram à greve convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE (G1, 2014).

Além dessas paralisações, há também um calendário de protestos, previamente definido, com pautas pontuais de combate a medidas judiciais restritivas

de direitos, como pagamento de insalubridade, periculosidade, adicional noturno, entre outros, e, de forma indireta, as paralisações de outras categorias de trabalhadores, como os terceirizados de serviços auxiliares, que atuam nas escolas e que, em razão dos constantes atrasos no pagamento de seus salários e outras gratificações, fazem constantes paralisações, inclusive, em alguns casos, com fechamento de portões, ocasionando também interrupções de aulas (MARQUES, 2014).

Por outro lado, para amenizar os prejuízos resultantes das mencionadas lacunas e falhas estruturais e administrativas, que impactam diretamente o funcionamento e a organização das unidades escolares, a Secretaria de Educação, geralmente, elabora um calendário alternativo de reposição de aulas, incluindo, a depender do número de dias a serem compensados, inúmeros sábados letivos, prorrogando o referido calendário para o final do ano (SEMIS, 2017).

Embora a legislação específica permita essa flexibilização do calendário escolar, desde que se garantam os 200 dias letivos e 800 horas de carga horária mínima, na prática, com algumas exceções, a programação de aulas aos sábados, bem como a programação de dias letivos em praticamente todo mês de dezembro, tradicionalmente se tornam bastante questionáveis quanto à sua efetividade e produtividade, como bem destaca a reportagem do Jornal A Tarde (2007), com a manchete “Fracassada reposição de aulas na rede pública”.¹

O plano de repor aulas aos sábados na rede pública de ensino - para compensar os 57 dias de greve dos professores - não está funcionando porque muitos alunos precisam ajudar a família no fim de semana. Essa realidade social atinge não só os estudantes do turno da noite, que estão no mercado formal e informal, mas também os mais jovens, que nesses dias vendem tira-gosto nas ruas e nas praias ou ficam em casa tomando conta dos irmãos menores enquanto a mãe trabalha fora. O fato é que a frequência dos alunos às aulas de reposição tem sido cada vez menor. (A TARDE, 2007, p. 1).

Necessário também enfatizar que, no que tange à reposição de aulas referente às paralisações dos servidores terceirizados, como a exigida em 2016 e 2017 pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC), há ainda entendimento divergente, especialmente por parte dos sindicatos, como a Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB Sindicato), que se posicionou de modo contrário à referida reposição, alegando ser este um problema do próprio governo, uma vez que, por ocasião da mencionada paralisação, os professores estiveram presentes em suas respectivas unidades de ensino².

Nesse contexto, além dos prejuízos de diversas naturezas, como os administrativos, financeiros e de planejamento, provenientes do mencionado fato, Bayard (2003 *apud* TAVARES; CAMELO; KASMIRSKI, 2009, p. 4) acrescenta o que segue:

[...] gasta-se tempo para recrutar um substituto, adaptá-lo à escola e à turma; tarefas administrativas assumidas pelo professor faltante têm

¹ Matéria do Jornal A Tarde (Salvador-BA), publicada em 22 de outubro de 2007, no 1.º caderno, p.1, com o título “Fracassada reposição de aulas na rede pública”, que confirma, de fato, o caráter inoperante e ineficiente da referida medida.

² Nota polêmica foi divulgada em 10 de outubro de 2017 pela APLB SINDICATO, intitulada “APLB e a posição do sindicato sobre a reposição de aulas”, confirmando também a não adesão ao apelo governamental. Disponível em: <http://www.aplbsindicato.org.br/estadualeinterior/2016/10/24325>. Acesso em: 3 abr. 2017.

que ser executadas por outros funcionários; atividades de planejamento são canceladas ou prorrogadas. No entanto, talvez o maior custo do absenteísmo recaia sobre o aprendizado dos alunos.

Mesmo reconhecendo os benefícios e a importância de outras formas de mediação de aprendizagem, como uso dos recursos e vantagens provenientes das novas tecnologias, o ambiente virtual, a rede mundial de computadores, *internet*, e suas múltiplas possibilidades, o processo de interação proveniente da relação interpessoal entre professor e aluno é fundamental para a concretização e assimilação da aprendizagem (LERNER, 2005).

Assim, a ausência eventual ou sistemática do professor titular em sala de aula, poderá, a depender do tempo de ausência, resultar na diminuição do movimento de interação ou até na sua completa eliminação, já que o professor substituto, mesmo sendo experiente e qualificado, necessitará de um tempo extra de adaptação didática e psicopedagógica, inclusive para conquistar a confiança, o respeito, a disciplina, a motivação e o estabelecimento de novas bases afetivas, que são componentes essenciais ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (ANTUNES, 2006).

Sob esse mesmo prisma, Tavares, Camelo e Kasmirski (2009) avaliam o efeito negativo do absenteísmo em relação aos resultados de matemática em alunos da 4.^a série de uma escola pública municipal, a partir de estimativas do método Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), constatando que o aumento de um ponto percentual a mais no total de faltas dos professores acarretaria a diminuição correspondente a 0,14 ponto na respectiva média do MQO.

Da mesma forma, acrescentam os mencionados autores, na hipótese de uma ausência dos professores em torno de mais 10 dias, esse número alcançaria 5% abaixo da média na respectiva proficiência em relação ao desvio padrão superior e, da mesma forma, considerando duas vezes a ausência de um determinado professor, a perda poderia chegar a 0,14 ponto na avaliação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Ao cruzar os Índices de Desenvolvimento da Educação (IDESP) com o de absenteísmo entre escolas da zona leste, onde se obteve o dobro de faltas em relação às do centro-oeste, as escolas da região centro-oeste obtiveram resultados de desempenho 86% superiores (TAVARES; CAMELO; KASMIRSKI, 2009).

Outro aspecto instigante e que pode ter relação direta com a questão do alto índice de aula vaga na rede pública diz respeito aos resultados das últimas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). De acordo com dados publicados em setembro de 2016 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em nível federal, das mil escolas com as melhores médias, 951 são privadas; em situação diametralmente oposta, entre as mil com as piores médias, apenas 15 são privadas, com a agravante de não haver, entre as mil melhores classificadas, sequer uma pública estadual, pois, entre as 49 restantes que completam o *ranking* das melhores, 30 são federais, três militares, dez de ensino técnico e seis de aplicação (MORENO, 2016).

De fato, as ausências sistemáticas do professor interrompem o ciclo e a sequência didático-metodológica das atividades definidas no planejamento para a série ou turma específica, criando sérios obstáculos no reconhecimento e relacio-

namento entre professor e aluno e interferindo no processo de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento da aprendizagem (LERNER, 2005).

Com efeito, ao ausentar-se das atividades de planejamento, reuniões pedagógicas e atividades específicas de docência, o professor acaba perdendo o vínculo e a familiaridade com seus alunos e com os próprios colegas de trabalho, transformando o ambiente da sala de aula desfavorável para o ensino e aprendizagem, além de contribuir diretamente para a instalação do clima de insegurança, tensões, desconfiança e desordem, dificultando a motivação e internalização do que se é proposto dentro e fora da sala de aula, bem como a imagem da respectiva escola (MORALES, 2000).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os altos índices de licenças e ausências dos docentes que atuam na rede pública de ensino do Território de Identidade de Irecê (BA), justificadas ou não, conforme demonstrado no presente trabalho, refletem a mencionada conjuntura e o cotidiano das referidas escolas, sem maiores perspectivas de solução, recaindo, indiscutivelmente, sobre os ombros dos gestores educacionais da rede pública de ensino e, mais especificamente, sobre os próprios alunos o ônus e todos os prejuízos das referidas ausências. Se considerarmos os 25% de limite de faltas legais que o alunado pode usufruir sem ser penalizado com a perda do ano letivo, nos termos da legislação específica, esse quadro tende a ser ainda mais dramático.

Por outro lado, os impactos positivos sobre a aprendizagem constatados nesses mesmos estudos, ao relacionar redução do absenteísmo e da aula vaga com aumento do desempenho escolar, são, indubitavelmente, bastante expressivos. Seguramente, podem indicar um caminho promissor no sentido de se compreender melhor a respectiva questão. Assim, não há como negar, nesses casos, a relação direta entre melhor desempenho escolar e menor índice de aulas vagas, especialmente em se tratando do fazer pedagógico, em virtude de supor, pela própria natureza dessa atividade, e como condição básica de sua efetividade, a relação de reciprocidade e intencionalidade entre educador e educando, o que, em termos do processo de ensino e aprendizagem, constitui, de fato, prejuízos determinantes e incalculáveis.

Ainda sob essa mesma perspectiva, e, ao menos de forma indireta, conforme demonstrado na presente análise, pode-se estabelecer, além de outros fatores ou condicionantes socioculturais e econômicos, possível relação de causa e efeito entre os respectivos resultados das últimas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em que se verifica ampla vantagem da rede privada em relação à pública, e a citada questão das aulas vagas, uma vez que, comparando-se as referidas redes de ensino, diversas pesquisas nesse sentido apontam a incidência bastante superior na rede pública.

Da referida análise, portanto, pode-se inferir que o fenômeno do absenteísmo docente, além das consequências diretas relacionadas com o fator aulas vagas, que atinge significativamente as salas de aula da mencionada rede pública do ensino médio, impactando negativamente e interferindo sobremaneira no processo de ensino e aprendizagem, pode configurar-se, inexoravelmente, como um

dos fatores determinantes do fracasso escolar, comprometendo substancialmente o planejamento e funcionamento das mencionadas unidades escolares.

Nesse sentido, investigações mais rigorosas acerca do problema poderiam, por exemplo, identificar causas plausíveis que pudessem desvelar os reais motivos que impulsionam ou justificam a maior incidência do fenômeno da aula vaga nas escolas públicas em relação às privadas.

Diante desse impasse e considerando as limitações enfrentadas pelos respectivos gestores da rede pública de ensino médio no que tange à questão da ausência de autonomia da gestão escolar de pessoas, particularmente a impossibilidade de agir direta, objetiva e efetivamente sobre determinadas causas responsáveis pelo crescente aumento dos índices de aula vaga, como o fenômeno do absentismo docente, tal cenário transforma a imprescindível tarefa de construção da melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem como algo cada vez mais inatingível.

Com efeito, é pertinente supor que o modelo de gestão de pessoas da rede privada, caracterizado, de um modo geral, por absoluta autonomia e controle rigoroso sobre a frequência de seus funcionários, com índice inexpressivo ou inexistente de aulas vagas, seja uma das ferramentas imprescindíveis para o sucesso do seu respectivo processo de ensino e aprendizagem.

Assim, compreende-se como bastante relevante a presente discussão para o futuro da educação de qualidade do ensino médio da rede pública, bem como, e de igual modo, a urgência no planejamento, definição e execução de estratégias eficazes na referida gestão de pessoas e políticas públicas específicas, no sentido de se estabelecer parâmetros ou critérios que possam vislumbrar novas perspectivas de enfrentamento e solução da referida questão.

REFERÊNCIAS

- ABSENTEÍSMO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: <https://is.gd/BkT7gU>. Acesso em: 28 mar. 2017.
- ANTUNES, C. *Relações interpessoais e autoestima: sala de aula como um espaço de crescimento integral*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. *Educ. Soc.*, v. 30, n. 107, Campinas, maio/ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302009000200003. Acesso em: 14 jul. 2016.
- BAHIA. *Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002*. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: Governo do Estado, 2002. Disponível em: <http://aplbsindicato.org.br/estatuto-do-magisterio/>. Acesso em: 19 ago. 2017.
- CARVALHO, R. M. V. de. *Greve no serviço público*. São Paulo: América Jurídica, 2005.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- COSTA, R. O que define um dia letivo? *Revista Nova Escola*, Rio de Janeiro, 1 ago. 2009. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/375/legislacao-define-dia-letivo>. Acesso em: 2 abr. 2017.

- DÉCIMO, T. Professores da rede estadual da Bahia suspendem greve. *In: Jornal Hoje em Dia*, Minas Gerais: Ediminas, 3 ago. 2012. Disponível em: <https://is.gd/EaJop6>. Acesso em: 03 abr. 2017.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- PROFESSORES entram em greve em vários estados. *In: Portal G1*, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/03/professores-entram-em-greve-em-varios-estados.html>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- HEIDRICH, G. Como acabar com a falta dos professores. *Revista Nova Escola*, Rio de Janeiro, 1 mar. 2010. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/666/como-acabar-com-a-falta-dos-professores>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- LERNER, D. *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- LICENÇAS médicas de servidores caíram 35% no estado desde 2006. *In: Tribuna Feirense*, Feira de Santana (BA), 17 fev. 2016. Disponível em: <https://is.gd/ZdwEfV>. Acesso em: 20 maio 2017.
- MARQUES, A. P. Paralisação marca início das aulas da rede estadual em Vitória da Conquista. *Revista Gambiarra*, Vitória da Conquista, 2014. Disponível em: <http://revistagambiarra.com.br/site/paralisacao-marca-inicio-das-aulas-da-rede-estadual-em-vitoria-da-conquista/>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- MELLO, G. N. de; SILVA, R. N. da. A gestão e a autonomia da escola nas novas propostas de políticas educativas para a América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 12, maio/ago. 1991. Disponível em: <https://is.gd/eFSZa2>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- MORALES, P. *A relação professor-aluno: o que é, como se faz*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- OPERAÇÃO Licença Médica investiga 526 servidores na Bahia. *In: A Tarde*, Salvador (BA), 29 mar. 2016. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1758093-operacao-licenca-medica-investiga-526-servidores-na-bahia>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- SANTANA, M. R. Governo baiano quer endurecer uso de atestados de saúde de servidores. *Macaúbas Notícias*, Bahia, 10 mar 2017. Disponível em: <https://is.gd/e4KttC>. Acesso em: 27 set. 2017.
- SEMIS, L. Como organizar a reposição de aulas após paralisações? *Revista Nova Escola*, São Paulo, 27 abr. 2017. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1799/como-reorganizar-o-calendario-escolar-apos-paralisacoes-e-outros-imprevistos-em-dia-letivo>. Acesso em: 14 ago. 2017.
- SOUTO, D. F. *Absenteísmo, preocupações constantes das organizações*. [S.l.]: Gridis, 1980. Temas de Saúde Ocupacional.
- TAVARES, P. de. A.; CAMELO, R. de. S.; KASMIRSKI, P. R. A falta faz falta? Um estudo sobre o absenteísmo dos professores da rede estadual paulista de ensino e seus efeitos sobre o desempenho escolar. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 37., 2010, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2009.

ZAPONI, M. C.; SILVA, R. D. da. Absenteísmo docente: uma análise diagnóstica da rede estadual de ensino de Pernambuco. *Anpae*, [S.l.], abr./jun. 2007, p. 2.
Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/215b.pdf. Acesso em: 9 mar. 2017.

Recebido em: 28 jan. 2019

Aceito em: 19 mar. 2019